



Apresentação do Relatório de Avaliação da Ameaça do Crime Grave e Organizado na União Europeia (SOCTA) 2021 – dia 12 de abril – Polícia Judiciária

Intervenção da Senhora Ministra da Justiça

Senhora Comissária Europeia para os Assuntos Internos
Senhor Ministro da Administração Interna
Senhora Diretora Executiva da EUROPOL
Ilustre convidados
Minhas Senhoras e meus Senhores

Agradeço a todos a vossa presença neste evento, em particular à Senhora Comissária Yohansson e à Senhora Diretora Executiva De Bolle, por se terem deslocado a Lisboa para a apresentação do Relatório SOCTA 2021.

A vossa presença, que muito nos honra é, por um lado, um bom sinal no que respeita à evolução positiva do controlo da pandemia em Portugal, que tem exigido de todos, incluindo das várias polícias, um enorme esforço e resiliência, e também, por outro, um exemplo das excelentes relações entre a Comissão e a Presidência Portuguesa e entre a Europol e a Polícia Judiciária.

Quero também dirigir uma palavra de agradecimento ao Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária pelo apoio prestado na organização deste evento durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

O aprofundamento do espaço de Liberdade, Segurança e Justiça reclama de todos nós todos os esforços para construção de uma Europa onde os cidadãos se sintam seguros, livres e protegidos e onde possam exercer plenamente os seus direitos. Uma Europa que promova uma Justiça para todos, garanta o respeito pelos direitos humanos e proteja as vítimas de crimes.

Como bem sabemos, a criminalidade não conhece fronteiras, sobretudo quando as atividades criminosas são levadas a efeito com recurso às novas tecnologias de informação e de comunicação, como sucede, de forma cada vez mais frequente, entre muitos outros, nos casos de abuso sexual de crianças online, da apologia do terrorismo, do discurso do ódio ou da venda de vacinas contrafeitas.

É um fenómeno dinâmico e complexo, em permanente evolução, que afeta todos os Estados-membros, que exige elevados recursos e conhecimento especializado e que devemos combater com energia e eficácia, com base na avaliação das ameaças e na identificação das vulnerabilidades existentes, para conhecermos os riscos e prepararmos a melhor forma de os enfrentar.



Minhas senhoras e meus senhores,

A proteção dos cidadãos europeus não pode ser alcançada através de ações isoladas dos Estados-membros, nem através de abordagens meramente setoriais.

Exige-se trabalho em conjunto, que junte a dimensão da cooperação policial e a dimensão da cooperação judiciária, essencial para que a União Europeia possa dar uma resposta comum, multidisciplinar e integrada, orientada com base na ação das autoridades competentes.

Efetivamente, a cooperação e a partilha de informações entre as autoridades dos Estados-membros e entre estas e a EUROPOL são fundamentais para combater a criminalidade organizada, o terrorismo, o branqueamento de capitais e outras atividades criminosas associadas a modelos de negócio de baixo risco e de lucro elevado, como é o caso da contrafação de bens e de produtos, que tem efeitos graves a vários níveis, sobretudo na saúde e na segurança dos cidadãos e na economia.

Foi por estas razões que a Presidência Portuguesa decidiu colocar o tema da contrafação na agenda política da União Europeia e alertar para o crescente envolvimento da criminalidade organizada nestas atividades e para a urgente necessidade do seu combate, como se tem demonstrado na situação de pandemia em que vivemos.

Só através da cooperação, da coordenação e da partilha de informações poderemos alcançar a desejada eficácia na prevenção e no combate às formas graves de criminalidade do mundo atual.

Só por esta via é possível dar sequência efetiva à cooperação policial, conferir eficácia à cooperação judiciária, reunir provas, levar os criminosos a julgamento e obter a sua condenação nos tribunais.

Neste contexto considero também fundamental uma efetiva cooperação entre a Europol e a Eurojust.

É neste quadro que quero destacar o papel da Europol na prevenção e no combate a todas as formas de criminalidade grave e organizada e ao terrorismo, pelo seu papel na recolha, tratamento e análise de informação e no apoio às complexas operações das autoridades responsáveis pela aplicação da lei e pela perseguição criminal.

A Europol enfrenta uma série de desafios crescentes, num cenário de diversificação e de intensificação das ameaças, que justificam a rápida adaptação do seu estatuto às realidades atuais, para que possa desempenhar cabalmente as suas funções.



O relatório SOCTA 2021, que hoje se torna público, assume, neste contexto, grande relevância no momento de transição para o novo ciclo político da EU para o combate à criminalidade grave e organizada internacional.

Enquanto relatório estratégico que fornece uma avaliação exaustiva das ameaças, incluindo as ameaças externas com impacto na União, como as provenientes da vizinhança sul da Europa, o SOCTA é um instrumento de vital importância para os decisores políticos, autoridades de aplicação da lei e público em geral, identificando as áreas em que a resposta operacional se deve concentrar.

Como todos os relatórios, estou em crer que o SOCTA pode evoluir e melhorar, com um maior envolvimento das autoridades judiciais competentes para a perseguição criminal, como sucede em muitos Estados-membros, incluindo Portugal.

Já o afirmo antes, não pode haver segurança sem justiça nem justiça sem segurança. São duas realidades que se completam, que devem caminhar lado a lado no combate à criminalidade. Só um trabalho conjunto, tendo por fim a proteção dos nossos cidadãos e os valores comuns que nos unem, nos permitirá alcançar a desejada eficácia.

Quero, para finalizar, agradecer à EUROPOL a preparação deste documento, sem esquecer o contributo das autoridades dos Estados-membros e de países terceiros, das outras agências da União Europeia e de organizações internacionais, que servirá de apoio à decisão a tomar pelo Conselho relativamente às prioridades para os próximos quatro anos e, também, de referência para o trabalho operacional a desenvolver.

E quero também, agradecer a iniciativa de realizar em Lisboa, durante o semestre da Presidência Portuguesa, a apresentação pública do SOCTA 2021.

Posso assegurar-lhe, Senhora Diretora Executiva, todo o apoio e disponibilidade da Polícia Judiciária portuguesa, enquanto autoridade nacional competente para a investigação das formas graves e organizadas de criminalidade, da criminalidade económico-financeira e do terrorismo, para continuar a cooperar, sem reservas, com a EUROPOL.

Muito obrigada.